

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA-UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MARCUS JERONIMO PORTELA MENDES

**A PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO PROCESSO DE
GERAÇÕES DE OCUPAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 1990**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA-UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MARCUS JERONIMO PORTELA MENDES

**A PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO PROCESSO DE
GERAÇÕES DE OCUPAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 1990**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II do curso de Economia.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2010

MARCUS JERONIMO PORTELA MENDES

**A PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO PROCESSO DE
GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 1990**

Monografia do Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como
requisito parcial para a obtenção do título de Graduado em Economia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ronan Soares Santos

Orientador

Prof.

Examinador

Prof.

Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus é mais que necessário, pois ele é o pivô de minhas conquistas, é quem emana energias boas a todo momento para que eu possa vencer todas as dificuldades, ao seu lado, e nem para menos estão meus irmãos de luz, que tanto me abençoam e que sou muito grato. Agradeço também à minha família, pelo o que representam para mim, aos meus amigos, aos colegas de faculdade, aos professores, e em especial ao meu orientador por toda compreensão.

Mais um passo nessa caminhada, que não pára por aqui, estou feliz comigo mesmo por lembrar o quanto sonhei e me dediquei para isto acontecer. “Valeu a pena!”

RESUMO

A presente pesquisa analisa o trabalho informal e seus impactos no processo de geração de ocupações da economia brasileira na década de 1990. A hipótese adotada é que o trabalho informal expandiu-se na década de 1990 com o advento das políticas neoliberais e tornou-se o principal responsável pela geração de ocupações do período, ora aparecendo como única fonte de renda para parte considerável da população, ora funcionando como complemento da renda gerada pelo trabalho formal, insuficiente para suprir as necessidades básicas das famílias. A reestruturação econômica ocorrida neste período trouxe várias conseqüências para os diversos setores da economia, inclusive para o mercado de trabalho, como o aumento do desemprego, redução dos empregos formais e, conseqüente elevação da participação de formas precárias de ocupação. Utilizando-se de uma revisão bibliográfica, conclui-se que o trabalho informal, composto pelos trabalhadores sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria, foi responsável, aproximadamente, por 50% das ocupações geradas na economia brasileira na década de 1990, tornando-se o segmento do mercado de trabalho que obteve maior crescimento no período em questão.

Palavras-chave: Trabalho informal. Desemprego. Mercado de trabalho.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 _ Brasil: Taxa de desemprego e PIB, período de 1982 à 1995	33
Tabela 02 – Brasil: Taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas	34
Tabela 03 – Evolução do Setor Informal (%)	36
Tabela 04 – Participação média dos empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria na ocupação total das regiões metropolitanas	37
Tabela 05 – Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego, 1980/90 (em %)	39
Tabela 06 – População ocupada, segundo a posição na ocupação (%)	40
Tabela 07 – Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego, 1989/95 (em %)	41
Tabela 08 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação.	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAGED	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO	12
1.1 Mercado de Trabalho: Conceito e funcionamento	12
1.2 Emprego versus desemprego	15
<i>1.2.1 Causas do desemprego</i>	15
1.3 As teorias do emprego e desemprego	16
<i>1.3.1 A Escola Classica</i>	17
<i>1.3.2 A Escola Neoclassica</i>	18
<i>1.3.3 Os Keynesianos</i>	19
<i>1.3.4 A Teoria Marxista</i>	21
2. O TRABALHO INFORMAL NO BRASIL: Dos primórdios à década de 1990	22
2.1 Conceito de trabalho informal	22
2.2 Evolução do trabalho informal no Brasil	24
3. A PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO PROCESSO DE GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990	30
3.1 Globalização e desemprego: pré-condição para o crescimento do trabalho informal	30
3.2 Trabalho informal: análise comparativa do período compreendido entre a década de 1980 e 1990	35
3.3 Composição do nível de ocupação da população brasileira na década de 1990	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

INTRODUÇÃO

O Brasil assistiu na década de 1990 mudanças importantes na composição das ocupações do mercado de trabalho, nesta década se finalizou o movimento crescente de formalização do trabalho. A partir de então, expandiu-se a informalidade e a precarização/desregulamentação das relações de trabalho como nunca antes fora registrado no Brasil. O crescimento das ocupações no mercado informal neste período esteve diretamente ligado a uma causa fundamental: ao aumento descomedido do desemprego. Ou seja, o trabalho precário ou, mais precisamente, o mercado de trabalho informal propaga-se significativamente, chegando a representar em agosto de 2000 um total de 51,2% das ocupações, sendo que em dezembro de 1989 esse total era de 36,1%. Com isso o trabalho formal, reduziu o número de assalariados com carteira assinada de 59,5% para 44,2% no comparativo de 1989 à 2000. Estes são os dados informados pela Pesquisa Mensal do Emprego, pesquisa esta realizada pelo IBGE. Estas mudanças ocupacionais, por sua vez, estiveram relacionadas ao desemprego, que foi gerado por causas macroeconômicas, como o baixo crescimento da economia brasileira na década, à abertura comercial patrocinada pelos sucessivos governos neoliberais dos anos 90 e à terceira revolução industrial que atingiu os setores de ponta da economia brasileira (NORONHA, 2003).

A informalidade, que representa a existência de atividades econômicas de baixa lucratividade que se desenvolviam a margem da legislação e do mercado, remota à primeira Revolução Industrial, mas o conceito moderno de setor informal foi criado na década de 1970 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A partir de então, empregos instáveis, produção em pequena escala, rendas reduzidas, baixa capacidade de acumulação de capital, limitado emprego de técnicas e dificuldade de dissociação entre o capital e trabalho tornaram-se as principais características do setor informal.

O trabalho informal também está inserido no âmbito de relações sociais nas quais se sobressai os baixos salários, as extensas jornadas de trabalho e, primordialmente, a total inexistência de direitos sociais por parte dos trabalhadores. Ou seja, o trabalho informal está relacionado a ausência de relações contratuais, norteadas por legislação trabalhista e fiscal, entre os agentes econômicos que compõem o mercado de trabalho.

No Brasil, as noções de formalidade e informalidade do trabalho foram, aos poucos, sendo construídas a partir de 1930/1940, paralelamente a implantação do corporativismo de Estado de Vargas, que implantou um amplo código de leis do trabalho. Através de uma legislação trabalhista que, em 1943, resultou na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Getúlio Vargas passou a regulamentar detalhadamente a relação entre capital e trabalho no meio urbano. A legislação trabalhista, porém, só abrangeu os trabalhadores rurais em 1960 no governo de João Goulart. E em meados de 1970, o mercado formal já havia absorvido grande parte dos trabalhadores industriais e elevada parcela dos trabalhadores do setor de serviços (SIQUEIRA, 2004).

A formalização do trabalho tornou-se tão importante, que acabou se tornando sinônimo de cidadania, garantindo acesso aos direitos sócio-trabalhistas concedidos pelo Estado ao trabalhador brasileiro. Conseqüentemente, os trabalhadores que não possuíam essa condição encontravam-se à margem da lei e da sociedade. Desde então, o trabalho formal foi o principal meio de ocupação do brasileiro.

Essa realidade evidencia a necessidade de estudos sobre a informalidade, tratando da questão de como se estabelece a informalidade e o que faz com que os trabalhadores aceitem a situação de precarização e permaneçam nas estatísticas do desemprego. O presente estudo é importante não só para o entendimento do contexto sócio econômico da década de 1990, como também pretende trazer respostas ao desemprego. Os resultados obtidos poderão gerar um marco analítico para o melhor entendimento das questões sobre a informalidade no Brasil, bem como direcionar políticas públicas que visem absorver o setor informal, gerando emprego e renda ou melhorando as condições de vida dos desempregados.

Deste modo, a principal finalidade deste trabalho é analisar a participação do trabalho informal no processo de geração de ocupações da economia brasileira na década de 1990. A hipótese principal é que o trabalho informal foi o principal meio de ocupação da economia brasileira na década de 1990. À luz das transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, busca-se responder a seguinte questão: Qual a importância do setor informal na geração de ocupações no Brasil na década de 1990?

Para o desenvolvimento do presente estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica no intuito de identificar, nas leituras, os teóricos e teorias que discutam a sistemática do mercado de trabalho capitalista, para então compreender como as transformações ocorridas na

década de 1990 contribuíram para alterar a composição do mercado de trabalho neste período.

Portanto, investigar os resultados da participação do Trabalho Informal no Brasil na década de 1990 é a pretensão deste estudo, no qual se pretende identificar as políticas econômicas adotadas no período, utilizando-se de dados que serão analisados e avaliados, demonstrando assim as características, e conhecendo a relevância do Trabalho Informal para o Mercado de Trabalho em geral.

O primeiro capítulo descreve o mercado de trabalho, abordando seu conceito, funcionamento, e as diversas teorias de emprego e desemprego. O segundo capítulo conceitua o trabalho informal e faz uma retrospectiva histórica da sua evolução, da década de 1930, com o corporativismo de Estado de Getúlio Vargas, até a década de 1990, com o aprofundamento do programa político neoliberal. O terceiro capítulo analisa a participação do trabalho informal no processo de geração de ocupação da economia brasileira na década de 1990. O objetivo é verificar se o trabalho informal obteve elevada participação no nível de ocupação da população brasileira neste período.

CAPÍTULO 1. A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO

1.1 Mercado de Trabalho: Conceito e funcionamento

Mercado, no sistema capitalista, é o local onde ocorre a transação de mercadorias com o intuito não apenas de obter consumo imediato, mas primordialmente com o objetivo de formar excedente econômico intercambiável. Mercado de trabalho é um segmento do mercado onde a mercadoria negociada é a força de trabalho. De acordo com o pensamento neoclássico, mercado de trabalho é o local onde os trabalhadores e capitalistas se encontram: de um lado, o trabalhador para vender sua força de trabalho, de outro o capitalista para comprá-la. As negociações ocorrem naturalmente entre trabalhador e capitalista, podendo haver intervenção por parte do Estado (CHAHAD, 1998)

Entretanto, o mercado de trabalho capitalista não é simplesmente determinado pela mão invisível do mercado como supuseram os neoclássicos. Comprador e vendedor da força de trabalho não se encontram em condições de igualdade como afirma estes pensadores. A desigualdade entre capital e trabalho remota ao surgimento do capitalismo, que teve como marco inicial o fim do feudalismo e a formação de trabalhadores livres, que passaram a dispor apenas da sua força de trabalho, já que os meios de produção adequados para garantir-lhes a sobrevivência pertenciam aos senhores feudais. A opção encontrada pelos novos trabalhadores livres para participar do mercado de trabalho foi ofertar sua força de trabalho, única mercadoria de que dispunham (SOARES, 2008).

Marx descreve força de trabalho como sendo a capacidade do homem de executar o trabalho, ou seja, “(...) é a capacidade produtiva do homem, é a mercadoria particular que só existe na carne e no sangue deste” (SOARES, 2008, p. 06). E define trabalho como toda atividade humana voltada para a modificação da natureza, com o intuito de satisfazer uma necessidade. De acordo com Soares (2008, p.17) “Através do trabalho o homem constrói materialmente a sociedade e se constrói, e essa dinâmica permite a construção de uma nova realidade, na qual novas relações sociais se desenvolvem, num processo de acumulação de conhecimento e de riqueza constante”. O trabalho é um dos fatores de produção e está associado ao grau de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho e a divisão da atividade produtiva entre os diversos membros de um agrupamento social (SANDRONI, 2004).

Dito isto, conclui-se que, no modo de produção capitalista, prevalece o trabalho

assalariado, no qual o trabalhador não vende ao capitalista seu trabalho e sim a sua força de trabalho, em troca de um salário.

Com o surgimento do sistema capitalista, o mercado de trabalho deixa de ser apenas uma relação entre a oferta de trabalho e procura de trabalhadores, passando a ter a função de dirigir investimentos para a obtenção de lucros, ou seja, o mercado de trabalho continua a ser um local de realização de trocas, porém sua função primordial é controlar a força do trabalho sobre o capital. Nesta perspectiva, o mercado de trabalho torna-se um elemento de que dispõe o sistema capitalista para garantir que realização de trocas resulte em lucro para o capital (SOARES, 2008).

Dessa forma, o mercado de trabalho capitalista pode ser entendido como o espaço em que o comprador da força de trabalho encontra a mercadoria fundamental para o modo de produção capitalista. Só que encontra a classe ofertante da força de trabalho em condições de desvantagem, uma vez que esta, embora “livre”, encontra-se obrigada a vender a sua força de trabalho se quiser sobreviver. O modo de produção capitalista também é responsável pela produção de um excedente de trabalhadores, os quais vão pressionar, para baixo, os salários, aumentando a extração da mais-valia, o lucro do capitalista (SOARES, 2008, p. 23).

De acordo com Lessa (2000), duas classes constituem o mercado de trabalho capitalista: os trabalhadores, que dispõe apenas da sua força de trabalho para sobreviver, sendo, então obrigada a vendê-la, e os capitalistas, que detêm os meios de produção. Considerando que a força de trabalho é a única mercadoria de que dispõem, os trabalhadores encontram-se em desvantagem para negociar com os capitalistas no mercado de trabalho, pois estes possuem o monopólio dos meios de produção e, por isto, controlam o procedimento de compra e venda da força de trabalho, intensificando a realização de lucros para o capital, através da extração da mais-valia. Para Marx,

A mais-valia é produzida pelo emprego da força de trabalho. O capital compra a força de trabalho e paga, em troca, o salário. Trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence, e sim ao capitalista. É preciso que ele trabalhe um certo tempo para restituir unicamente o valor do salário. Mas isso feito, ele não pára, mas trabalha ainda mais algumas horas por dia. O novo valor que ele produza agora, e que passa então ao montante do salário, se chama mais valia (MARX, 2001).

Assim, a produção de mais valia, possível após o advento dos trabalhadores livres e a exploração do trabalho dos mesmos, possibilita a acumulação de capital, que induz a uma maior extração de mais valia, e conseqüentemente, gera mais acumulação. Este processo de

concentração de capital irá permitir que o capitalista faça investimentos em novas tecnologias com dois objetivos primordiais: diminuir a pressão do trabalho sobre o capital com a formação do “exército de reservas” e superar seus concorrentes. Assim, a busca de novas tecnologias vai se dá tanto em função da concorrência capital versus trabalho como também da concorrência capital versus capital. A intensificação de utilização de máquinas leva à criação de uma população excedente de trabalhadores, tornando a oferta por trabalho superior à demanda, saturando, desta forma, o mercado de trabalho (SOARES, 2008).

Esta população excedente de trabalhadores desempregados é vantajosa para o capitalista, pois permite-lhes contratar trabalhadores com menores custos e impor-lhes condições desfavoráveis e inadequadas de trabalho. Ou seja, a grande quantidade de mão de obra ofertada no mercado, superior a quantidade ofertada de empregos, desvaloriza a força de trabalho e traça o perfil do mundo do trabalho capitalista.

Assim, a precondição necessária para a acumulação de riqueza no modo de produção capitalista é justamente a existência da população excedente de trabalhadores, que oferece ao capital o material humano necessário à expansão desse modo de produção a baixos custos (MARX, 2001).

Desta forma, o desemprego é um mecanismo do sistema capitalista que tem o objetivo de pressionar os salários para baixo e não mera consequência do excedente populacional como afirmam os neoclássicos. Os trabalhadores, sem opção, terão que recorrer a outras alternativas, como por exemplo, o mercado de trabalho informal, para garantir condições mínimas de sobrevivência

Conseqüentemente, as atividades precárias, dentre as quais o trabalho informal, surgem como resultado do modo de produção capitalista, que produz um excedente populacional e provoca a redução dos salários. Os trabalhadores, buscando condições dignas de sobrevivência, vão adentrar ao trabalho informal, ou porque o salário recebido no mercado formal não permite-lhes satisfazer suas necessidades básicas, ou porque não dispõem de outra opção a não ser desenvolver um negócio de estrutura precária e sobreviver à margem da economia.

1.2 Emprego versus desemprego

1.2.1 Causas do desemprego

De acordo com a teoria econômica, o desemprego pode ser conceituado como uma situação na qual o indivíduo aceita estar empregado à taxa de salário vigente no mercado de trabalho, mas não encontra emprego. Sandrone (2004, p.168) descreve o desemprego como "situação de ociosidade involuntária em que se encontram pessoas que compõem a força de trabalho de uma nação".

São muitas as razões pela qual um indivíduo pode estar desempregado. Ele pode estar adentrando pela primeira vez no mercado de trabalho, como por exemplo, um estudante ou adolescente em busca do primeiro emprego, ou pode estar retornando a este mercado, depois de prestar serviço militar ou ter completado algum curso ou programa de treinamento. O desemprego também pode ocorrer momentaneamente porque o trabalhador pediu demissão de um emprego para procurar outro e registra-se como desemprego enquanto tal, ou temporariamente porque o trabalhador foi dispensado devido a uma redução sazonal no nível da atividade econômica, ou, ainda, ele pode ter sido demitido porque a firma fechou definitivamente, ou sua vaga extinta. Desta forma, o desemprego pode ter várias causas, sendo estas de origem estrutural, friccional e sazonal (ZYLBERSTAJN; BALBINOTTO, 1999).

O componente tecnológico ou estrutural ocorre principalmente quando não há uma semelhança entre as habilidades requeridas pela firma e as desenvolturas oferecidas pelos indivíduos, causando um desequilíbrio no mercado de trabalho. Ou seja, o desemprego estrutural é a parcela da taxa de desemprego que não é revertida após um ciclo econômico. Pode ser originado em transformações ocorridas na tecnologia de produção, como aumento da mecanização ou automação, ou ser causado por mudanças nos padrões de demanda dos consumidores que tornam atrasadas certas indústrias e profissões, fazendo surgir outras novas. Desta forma, a curto prazo, um grande número de trabalhadores fica desempregado, enquanto uma minoria especializada é beneficiada pela valorização da sua mão de obra (ZYLBERSTAJN; BALBINOTTO, 1999).

O desemprego friccional, segundo os autores, ocorre quando trabalhadores desempregados ignoram as ofertas reais de trabalho, enquanto empregadores com vagas ignoram a existência de mão de obra disponível, ou seja, este tipo de desemprego ocorre

porque no mercado de trabalho não ocorre deliberações bem informadas de agentes econômicos, ou seja, trabalhador e capitalista não são completamente informados das transformações e movimentações que ocorrem no mercado de trabalho. Conseqüentemente, tanto as firmas quanto os trabalhadores carecem de algum tempo para sanar as diferenças existentes entre as características dos desempregados e dos empregos oferecidos, a uma dada taxa de salário.

O desemprego sazonal ocorre em certas atividades como a agricultura, por exemplo, que, por não haver oferta homogênea de emprego durante o ano inteiro, se restringe a certas épocas do ano. Ou seja, este tipo de desemprego está diretamente ligado às flutuações do nível de emprego que ocorrem no período de um ano e que são inerentes à atividade econômica. Do ponto de vista econômico não constitui um problema significativo, já que se constitui em um tipo de desemprego com características bastante previsíveis e localizáveis (ZYLBERSTAJN; BALBINOTTO, 1999).

1.3 As teorias do emprego e desemprego

As teorias de desemprego tem por objetivo primordial conhecer os motivos que provocam o desemprego num dado período de tempo, bem como encontrar medidas de política econômica que devem ser adotadas para reduzi-lo. Ou seja, as teorias de desemprego estão diretamente relacionada às teorias de emprego, já que para reduzir o desemprego é necessário implementar políticas que geram emprego. (ZYLBERSTAJN; BALBINOTTO, 1999).

Porém, ainda hoje não existe um consenso por parte dos economistas sobre qual a melhor teoria explicativa acerca das causas do desemprego. À complexidade do assunto não permitiu a predominância de uma única teoria capaz de promover uma explicação convincente para o desemprego e paralelamente indicar quais as medidas de política econômica para combatê-lo (ZYLBERSTAJN; BALBINOTTO, 1999).

Desta forma, é interessante conhecer as contribuições deixadas pelas teorias clássica, neoclássica, keynesiana e Marxista no tocante ao fenômeno do desemprego e, desta forma, avaliar os pontos positivos e negativos das mesmas.

1.3.1 A escola clássica

Os autores clássicos sustentam sua teoria baseando-se nas seguintes premissas: tudo que é ofertado no mercado encontra sua procura, a economia é regida pela existência de uma “mão invisível” que a permite operar a pleno emprego, a longo prazo; o mercado é auto-regulador e o sistema econômico é regulado por leis naturais (SOARES, 2008).

A Escola Clássica defende a não intervenção do Estado na economia, devendo este contentar-se em preservar o livre mercado. Acreditam que as decisões individuais, ou seja, o interesse próprio, induziria a economia a uma perfeita alocação dos recursos, não havendo necessidade, desta forma, da intervenção do Estado no mercado. Qualquer desequilíbrio seria passageiro e rapidamente seria normalizado pelo sistema de preços (PRADO, 2005).

Os autores clássicos eram adeptos da “Lei de Say”. Esta afirma que, no mercado, toda oferta cria sua própria demanda e que, assim, os salários e os lucros são totalmente gastos no consumo de mercadorias e serviços. Conseqüentemente, a economia opera num equilíbrio de pleno emprego, não havendo razões para que os governos e as doutrinas se preocupem com o desemprego da força de trabalho. De acordo com as livres forças do mercado, que ajusta automaticamente a economia, caso ocorresse o desemprego, este seria temporário, restando desempregado apenas os trabalhadores que assim desejassem ou aqueles que não estivessem dispostos a trabalhar pelo salário vigente (SOARES, 2008).

Ainda, segundo Soares, sob a ótica da teoria clássica, a força de trabalho e os meios de produção são manipulados pela própria produção. Assim, só é possível acontecer a desocupação da força de trabalho ou de capital em setores específicos. Caso haja a possibilidade de ocorrer desemprego dos fatores de produção em dado setor, eles imediatamente migram para setores que apresentem maior rendimento. Por conseguinte, o capital encontra um novo setor pra investimento, e o trabalhador, novas oportunidades de emprego.

Dito isto, conclui-se que a Escola Clássica, não conseguiu explicar as razões que levavam os trabalhadores à situação de desemprego involuntário, devido ao fato de ter seu arcabouço teórico baseado em premissas utópicas como a “lei de Say”, a existência de leis naturais, o mercado auto-regulador e o sistema de preços como promotor dos ajustes necessários.

1.3.2 A escola neoclássica

Assim como a Escola Clássica, os autores neoclássicos adotam a “Lei de Say”, aceitam a concorrência perfeita, defendem a mínima interferência possível do Estado na economia e acreditam no pleno emprego da mão de obra e fatores de produção. De acordo com Lessa,

Sem abandonar a “Lei de Say”, a Escola Neoclássica acredita que a economia caminha para o pleno emprego, sendo que o contingente de trabalhadores empregados passa a depender dos níveis de salários e da desutilidade do trabalho, entendendo que os níveis dos salários irão depender da oferta e da procura da força de trabalho. Dessa forma, o próprio mercado se encarrega de fazer funcionar o ajustamento automático do pleno emprego. Por aceitarem a concorrência perfeita, a flexibilidade dos fatores de produção e a automática substituição dos fatores de produção (capital e trabalho), o sistema de preços encarregar-se-á de assegurar o equilíbrio de pleno emprego dos fatores de produção (2000, p.65).

Os autores neoclássicos criam muitas teorias para explicar o desemprego existente no mundo real, quase sempre restringindo a análise do mercado de trabalho, de forma a conservar o seu núcleo teórico básico, no qual, em princípio, não existe desemprego involuntário por causas endógenas (DATHEIN, 2008).

Porém, de acordo com os neoclássicos, o mecanismo que leva ao equilíbrio de pleno emprego seria quebrado, se o governo e os sindicatos agissem, com o propósito de aumentar os salários, podendo neste caso, haver desemprego involuntário. Caso esta situação ocorresse, o problema do desemprego seria resolvido por uma redução dos custos da força de trabalho. (SOARES, 2008).

Para os neoclássicos o desemprego e o emprego são vistos como acontecimentos derivados das deliberações bem informadas dos agentes econômicos. A teoria neoclássica aborda a formação do salário e a fixação do nível de emprego no mercado de trabalho como fenômenos simultâneos decorrentes de decisões individuais. As preferências dos trabalhadores fornecem as condições básicas para a derivação da curva de oferta de trabalho, enquanto as tecnologias de produção, por sua vez, permitem obter, também a partir de maximização individual, a curva de demanda agregada da economia. Do confronto dessas funções, é encontrado, então, o salário e o emprego de equilíbrio, que supostamente vigoram no sistema econômico. Essa derivação decorre de um raciocínio padrão amplamente empregado na chamada microeconomia reducionista, baseada no individualismo

metodológico. Porém, essa forma de entender a realidade, ignora os condicionamentos estruturais das ações em sociedade, assim como as determinações posicionais dos agentes econômicos (PRADO, 2005).

Assim, a teoria neoclássica idealiza a compra e a venda da força de trabalho como fenômenos que ocorrem no mercado de trabalho e que provêm da agregação de decisões individuais. Por meio de um processo de ajustamento aparentemente corriqueiro, o salário vigente e o nível de emprego são pensados como resultados atingidos no estado de equilíbrio. Desta forma, no plano teórico, os neoclássicos fundamentam-se em suposições pouco rígidas, segundo a qual os mercados reais estão quase sempre muito próximo de uma situação de equilíbrio (PRADO, 2005).

Desse modo, da racionalidade instrumental de agentes econômicos maximizadores, a teoria neoclássica tira a racionalidade coletiva do sistema econômico baseado em transações de mercadorias. Nos mercados onde se tramam as relações de troca comparecem proprietários privados iguais que buscam seu auto-interesse de um modo livre. É por isso que o mercado de trabalho é tão importante nessa teoria. O trabalhador figura como proprietário livre, o salário que recebe aparece como o pagamento devido por sua contribuição para o processo produtivo, o desemprego só pode advir de decisões voluntárias dos próprios empregados (PRADO, 2005, p. 15).

Depreende-se que, baseado na microeconomia reducionista, os neoclássicos tratam o emprego e o desemprego de uma forma individualista. Neste sistema aparente inexistente a verdadeira relação social do sistema capitalista que, historicamente, institui trabalhadores e capitalistas como unidade de forças contrárias (PRADO, 2005).

1.3.3 Os Keynesianos

A teoria Keynesiana entende, em contraposição a visão neoclássica, que para se explicar o desemprego não se deve começar a análise pelo estudo do Mercado de Trabalho, de forma a praticamente resumir a discussão às questões microeconômicas. Ao contrário a determinação teórica vem do estudo sobre a dinâmica econômica mais geral e seus impactos sobre o emprego, especificamente. A ordem causal é tomada inversamente aparecendo o mercado de trabalho no final da corrente. Este é o motivo pelo qual se pode explicar o relativamente pequeno estudo sobre o mercado de trabalho, em si, pelos autores Keynesianos (DATHEIN, 2008).

Para a compreensão do desemprego, tanto de trabalho, quanto de capital, entendido

como problema fundamental da economia na ótica keynesiana, é necessário estudar primeiramente o seu reverso, ou seja, a teoria de Keynes sobre o emprego revela que o pleno emprego ou mesmo aproximadamente pleno, é uma situação tão rara quanto efêmera. Na teoria geral de Keynes, uma das formas de entender o termo “geral” do título, é de que essa teoria conseguiria explicar tanto o pleno emprego, quanto o desemprego involuntário, enquanto a teoria neoclássica conseguiria, em seu núcleo teórico básico, explicar somente a situação de pleno emprego, sendo portanto parcial (DATHEIN, 2008).

Na teoria de Keynes, o salário real pode ser determinado no mercado de trabalho, mas para isto necessita-se conhecer antes o nível de emprego, não determinado neste mercado. Dessa forma é necessário recuar ao mercado de bens e serviços, onde se encontra o nível de emprego a partir da oferta e demanda agregadas. No entanto, também aqui é necessário partir das funções consumo e investimento, e, para determinação do nível de investimentos torna-se necessário recuar ao mercado de capitais. Este, por sua vez, depende da taxa de juros determinada no mercado monetário (DATHEIN, 2008).

Para Keynes, a economia capitalista era essencialmente uma economia empresarial (monetária), caracterizada pela presença do dinheiro, onde este não somente faz parte da produção (enquanto bem), mas também é um direito sobre ela, que pode ser exercido ou não e que portanto é de alguma forma responsável pelas flutuações econômicas. Nesta mesma economia empresarial, o empresário não está interessado na produção de bens, mas no volume de dinheiro que irá caber-lhe. Esse empresário aumentará sua produção tão somente se ele esperar que com isso aumente seu lucro monetário, não existindo, portanto, nada que garanta que o nível de produto escolhido pelo empresário corresponda ao de pleno emprego (MISSIO; OREIRO, 2006).

Em outras palavras, Keynes chamou atenção para o fato de que o nível de equilíbrio da renda, determinada pela demanda efetiva, em uma economia monetária pode não ser o de pleno emprego. Com base neste conceito, Keynes foi capaz de sustentar que, sendo o fluxo monetário total de receitas governado pelas decisões individuais de gastos dos agentes econômicos na aquisição de bens e serviços, a mera disponibilidade dos fatores produtivos ainda que com preços flexíveis, não é suficiente para que os produtores concretizem suas decisões de produção (MISSIO; OREIRO, 2006).

1.3.4 A teoria Marxista

Para Marx, o mercado de trabalho é uma expressão privilegiada das relações sociais de produção que põem os homens historicamente como trabalhadores e capitalistas. A contratação e a dispensa da força de trabalho são eventos que dependem do processo de acumulação de capital, o qual em alguns momentos se acelera, mas em outros se desacelera, dependendo do nível da taxa de lucro. O emprego e o desemprego são incidências a que estão sujeitos todos os trabalhadores que participam do sistema econômico. Eles são fenômenos decorrentes das características intrínsecas desse sistema e não como resultados das deliberações bem informadas de agentes econômicos (PRADO, 2005).

Marx não nega que as ações individuais movem o sistema, mas considera que elas estão crucialmente determinadas pelas condições estruturais e conjunturais do sistema econômico. O sistema capitalista, para Marx, mantém sempre certo número de trabalhadores desocupados e não distribui o emprego com igual probabilidade entre todos os trabalhadores (PRADO, 2005).

Assim, os marxistas acreditam que o desemprego passa a ser um problema social e econômico a partir do surgimento do capitalismo. Antes, a desocupação estava relacionada a problemas de ordem natural, como catástrofes, geada, seca e dilúvios, pois os camponeses e artesãos tinham sua sobrevivência assegurada, uma vez que dispunham dos meios de produção (SOARES, 2008).

O desemprego involuntário da força de trabalho é um acontecimento peculiar das economias capitalistas e suas origens estão diretamente relacionadas com o processo de gestação, nascimento e desenvolvimento do capitalismo, surgindo num processo que Marx denominou de acumulação primitiva (LESSA, 2000).

Desta forma, a teoria Marxista opõem-se ao pensamento clássico do mercado de trabalho, baseado na “Lei de Say” e na mão invisível que regula o mercado. Ao contrário, Marx ressalta que não é a “mão invisível” e sim as leis intrínsecas ao sistema capitalista que governam a economia e o mercado de trabalho e que é impossível alcançar o pleno emprego sem antes suprimir o modo de produção capitalista (LESSA, 2000).

CAPÍTULO 2. O TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

O desemprego é pré-condição para a existência e propagação do trabalho informal. Assim, para entender o surgimento e evolução deste setor é necessário conhecer as teorias de desemprego. Estas têm como principal objetivo detectar as causas que provocam o desemprego num dado período de tempo e encontrar medidas de política econômica que visem reduzi-lo.

Porém, mesmo diante da diversidade das causas e teorias e da ausência de um consenso sobre as mesmas, o estudo sobre a origem e difusão do desemprego faz-se necessário para compreender porque os trabalhadores ingressam em formas atípicas de ocupação.

2.1 Conceito de trabalho informal

A existência do trabalho informal data aos primórdios da Revolução Industrial. Por volta de 1865, ao redigir o primeiro volume de “O Capital”, Karl Marx já fazia menção a este tipo de atividade, referindo-se ao mesmo como “segmento estagnado da população excedente”, descrevendo-o como:

a terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo de tempo de serviço e mínimo de salário (MARX, 1985, p. 208)

Do trecho depreende-se que, os trabalhadores do setor informal não compõem o exército industrial de reserva, formado pelos desempregados no sentido exato do termo, ou seja, por aqueles que desejam encontrar um emprego à taxa de salário vigente e não conseguem, mas fazem parte do exército industrial ativo, composto por aqueles que, via de regra, já desistiram de procurar emprego, desempenham atividades precárias, quase todas sujeitas à coibição policial e trabalham amplas jornadas em troca de rendimentos instáveis e incertos (SINGER, 1999).

Apesar da contribuição dada por Marx, a definição de trabalho informal ainda é uma tarefa difícil. Isto porque trata-se de um mercado com alto grau de complexidade das

situações de trabalho nele existentes, ou seja, um mercado bastante diversificado tanto no que diz respeito às categorias de trabalhadores, quanto às inserções ocupacionais desses trabalhadores.

O conceito moderno de setor informal, criado na década de 1970 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), surgiu como uma nova forma de se explicar um velho fenômeno: a existência de atividades econômicas de baixa rentabilidade, que se desenvolviam à margem da legislação e do mercado (THEODORO, 2000). Segundo a OIT, há uma caracterização mais abrangente do setor informal:

O setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza (JAKOBSEN et al, 1996, p. 13)

De acordo com a descrição da OIT, são características do trabalho informal: baixa capacidade de acumulação de capital, empregos instáveis, rendas reduzidas, produção em pequena escala, restringido emprego de técnicas e quase inexistência de separação entre o capital e o trabalho (SILVA; BARBOSA, 2008).

Ainda segundo a OIT, o trabalho informal também está relacionado à ausência de relações contratuais, geridas por legislação trabalhista e fiscal, entre os agentes econômicos. Desta forma, esta organização não se restringe à observação de atributos inerentes à empresa ou ao empreendimento e interpreta o trabalho informal no âmbito de relações sociais onde vigoram os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais por parte dos trabalhadores (SILVA; BARBOSA, 2008).

Dito isto, pode-se definir o trabalho informal como aquele relacionado a estabelecimentos de natureza não essencialmente capitalista, que se distinguem destes pelos baixos níveis de produtividade e pela pouca diferenciação entre capital e trabalho. É constituído pelos trabalhadores por conta própria, e também pelos empregadores e empregados de pequenas firmas com baixos níveis de produtividade (VIGO, 2001).

O trabalho informal, então, é definido de acordo com a dinâmica econômica das unidades produtivas, e não pelo respeito ou não à legalidade. Pode tanto indicar uma tática de sobrevivência diante da perda ou falta de uma ocupação formal, como uma opção de vida de alguns trabalhadores que preferem desempenhar o seu próprio negócio. Por isto, este setor se caracteriza como desorganizado, não-estruturado, economia subterrânea (VIGO, 2001).

No setor informal, os trabalhadores estão atrelados ao chamado sistema simples de produção de mercadorias e serviços, onde o trabalho assalariado é a exceção e não a regra. Algumas vezes, como no caso dos trabalhadores autônomos, o empregador também trabalha como empregado, utilizando-se ou não de ajudantes não-remunerados, outras vezes, como no caso das microempresas, o empregador aparece contratando empregados com ou sem carteira assinada (VIGO, 2001).

Apesar das diferenças semânticas e/ou taxonômicas, pode-se identificar uma convergência de sentido para definição do trabalho informal, que seria a precariedade das unidades de trabalho e das condições/relações de trabalho. A precariedade, portanto, é o registro balizador das definições do trabalho informal na perspectiva apresentada. Assim, ele passa a ser interpretado como um problema a ser solucionado, sobretudo quando se tem como modelo de comparação as formas que caracterizam a economia formalizada (SILVA; BARBOSA, 2008, p. 4).

Desta forma, conclui-se, que o trabalho informal é a face mais visível do processo de precarização das condições de trabalho. Neste sentido, geralmente ele engloba atividades ilegais, ou seja, não reconhecidas ou regulamentadas pelo poder público e executadas por trabalhadores não-amparados pela legislação social-trabalhista de um determinado país (THEODORO, 2000).

Assim, todos os trabalhadores vinculados a unidades produtivas não tipicamente capitalistas, com até cinco empregados, nas quais não haja clara separação entre capital e trabalho, serão considerados informais, mesmo que sejam empregadores e/ou que tenham a carteira de trabalho assinada (SIQUEIRA, 2004).

2.2 Evolução do trabalho informal no Brasil

O mercado de trabalho moderno, onde predomina a produção de mercadoria intercambiável, começou a se desenvolver no início do século XX. Até a década de 1930, o trabalho era uma mercadoria livremente negociada, como qualquer bem ou serviço, dado que

inexistiam leis e contratos que regulamentassem esse mercado (NORONHA, 2003).

A partir de 1930/1940, o corporativismo de Estado de Vargas instituiu um vasto código de leis do trabalho, marcando, desta forma, o mercado nacional durante todo o século. Getúlio Vargas, então, deu início a um procedimento de implantação da estrutura sindical oficial no meio urbano e passou também a regulamentar minuciosamente a relação entre capital e trabalho, através de uma legislação trabalhista que, em 1943, resultaria na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (NORONHA, 2003).

Desde então, as estatísticas indicam um extenso processo de formalização das relações de trabalho, ancorado, sobretudo, por leis federais e, em menor grau, por contratos coletivos. Assim, aos poucos, as noções de formalidade e informalidade do trabalho foram sendo construídas. (NORONHA, 2003). A ideia de cidadania passou a estar ligada ao exercício de um trabalho formal, com carteira assinada, que era, e ainda é, a garantia de acesso aos direitos sociais e trabalhistas outorgados pelo Estado ao trabalhador brasileiro. Desta forma, os trabalhadores que não possuíam essa condição encontravam-se à margem da lei e da sociedade.

A legislação do trabalho estabelecia, de maneira cada vez mais detalhada, quais eram as regras mínimas de relações de trabalho justas. Salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais e muitos outros direitos foram definidos por lei. Os servidores públicos foram os primeiros beneficiários dos contratos de trabalho formais e, conseqüentemente, dos direitos sociais a ele associados. Gradualmente, os trabalhadores urbanos não industriais foram incorporados. Entre as grandes categorias, uma das últimas a obter sua "cidadania" foi a dos trabalhadores rurais na década de 1960, no governo de João Goulart. Assim, especialmente a partir de 1930, o mercado de trabalho brasileiro e as questões do subemprego ou da "informalidade" só podem ser entendidos como resultados da própria construção da noção de "formalidade", que, por sua vez, está associada às noções de cidadania e de direito social (NORONHA, 2003, p.3).

Em poucas décadas, o processo de urbanização diminuiu de modo significativo o número de trabalhadores rurais, os quais atraídos pelo sonho de um trabalho digno, deslocavam-se para os centros urbanos e fatalmente acabavam integrados ao mercado de trabalho informal, ou em outras relações similares, não necessariamente contratuais, como trabalhos familiares, economias de subsistência, e práticas de contratos verbais tradicionais. Em 1960, no governo de João Goulart, a legislação trabalhista abrangeu também os trabalhadores rurais. Nos anos de 1970 a maior parte dos trabalhadores industriais já tinha sido acoplada ao mercado formal, bem como significativa parte dos trabalhadores do setor de

serviços. Porém, nesta década, a urbanização e a industrialização ampliaram também a massa de trabalhadores subempregados, mal incorporados ao mercado de trabalho (NORONHA, 2003).

Na década de 1980, o desemprego urbano e a informalidade fizeram-se presentes como nunca na vida dos trabalhadores. O desempenho da economia foi bastante sofrido. O crescimento econômico do país se manteve em torno de 2,9%, fazendo jus à denominação de “década perdida” atribuída pelos economistas. Como era de se esperar, esse crescimento econômico inexpressivo resultou em alterações na dinâmica do próprio mercado de trabalho. Porém, como nesse período foram mantidas as estruturas industrial e produtiva do país, o desemprego e a informalidade ainda foram relativamente baixos e encontravam-se ligados às intensas oscilações do ciclo econômico na década e ao processo inflacionário. Assim, por exemplo, nos anos de 1981 a 1983, períodos de recessão econômica, cresceram o desemprego e a precarização, enquanto nos anos de 1984 a 1986, período de expansão econômica, a quantidade de empregos e a formalidade voltaram a crescer (SIQUEIRA, 2004).

Entretanto, o início dos anos de 1990 inaugurou um período que pôs fim ao movimento crescente de formalização do trabalho. A partir de então, cresceu a informalidade e a precarização/desregulamentação das relações de trabalho. Novas formas de trabalhos atípicos rompem com os padrões perpetuados na sociedade brasileira. A proporção de empregados sem carteira cresceu 8,1% no período compreendido entre janeiro de 1991 a janeiro de 2001, enquanto a proporção de empregados com carteira decresceu 12,8% no mesmo período, segundo o IBGE (NORONHA, 2003).

Na década de 1990, o desemprego alcançou índices jamais assistido na história do país, tornando-se uma das maiores tragédias presenciada pela população trabalhadora brasileira. De 1989 a 2000, tais índices simplesmente dobraram. Além disso, o próprio Direito do Trabalho passou e tem passado por um processo de flexibilização, que significa, de forma sucinta, a diminuição gradativa da presença do Estado no terreno das relações entre capital e trabalho. A consequência dessa diminuição da presença do Estado no terreno das relações entre capital e trabalho, numa conjuntura de altíssimos índices de desemprego, é penalizar, e muito, os trabalhadores assalariados, retirando-lhes direitos antes consagrados pela legislação. O crescimento do número de trabalhadores sem carteira assinada na década de 1990, demonstra de forma crucial, que os trabalhadores são os maiores prejudicados com a flexibilização do Direito do Trabalho, assim sendo, com a ausência de fiscalização e

regulamentação, por parte do Estado, da relação entre capital e trabalho. Se somarmos os assalariados sem carteira assinada (28,1% do total em agosto de 2000, segundo o IBGE), com os chamados trabalhadores por conta própria (23,1%), e tendo em vista que os assalariados com carteira assinada passaram de 59,5% em 1989 para 43,2% em agosto de 2000, concluiremos que houve um contínuo processo de substituição do trabalho formal pelo informal nesse período (SABADINI; NAKATANI, 2008).

O decréscimo do trabalho formal e o aumento do desemprego e do trabalho informal na década de 1990, foi devido, principalmente, à adoção e o aprofundamento do programa político neoliberal implantado pelos sucessivos governos brasileiros. As políticas neoliberais pioraram o desempenho produtivo da economia brasileira, com o crescimento médio do PIB na década em torno de 1,5%, significando uma retração violenta das atividades produtivas. Assim, a compressão do crescimento foi resultado da abertura desenfreada da economia brasileira ao capital estrangeiro, da busca a qualquer preço da estabilização monetária, da política de juros altos praticadas pelo governo e do desmonte de estruturas industriais preexistentes sem que nada as substituísse. Ou seja, os governos neoliberais promoveram na década de 1990 um processo de desnacionalização e desindustrialização da economia brasileira. Desindustrialização é o fenômeno através do qual produtos antes fabricados pela indústria nacional são substituídos por similares importados, gerando fechamento de determinados setores de uma indústria ou mesmo de indústrias inteiras, o que significa, por sua vez, aumento do desemprego. Desnacionalização é a venda de empresas nacionais para o capital estrangeiro ou as fusões das primeiras com o segundo (SIQUEIRA, 2004).

Além das razões supracitadas, o desemprego e a precarização dispararam na década de 1990 por outros fatores, a saber: a redução dos investimentos do Estado nas áreas sociais (saúde, educação, saneamento, habitação etc.) e em infra-estrutura, que fez com que o governo deixasse de contratar funcionários públicos ou então os dispensasse; o processo de privatizações, conduzido pelos sucessivos governos brasileiros da década de 1990, sempre acompanhado da dispensa de um número significativo de trabalhadores pertencentes aos quadros de funcionários das empresas privatizadas; a crise na previdência social que obriga os aposentados a continuarem no mercado de trabalho como forma de complementação aos modestos recursos recebidos do Estado e, portanto, ocupando vagas que poderiam ser destinadas aos jovens; a revolução tecnológica que atinge os setores de ponta da economia nacional; e, finalmente, as chamadas novas formas de organização do processo de trabalho no

interior das empresas, poupadoras de força de trabalho (SABADINI; NAKATANI, 2008).

Em suma, o aumento do desemprego na década de 1990 significou um aumento ainda maior do trabalho precário. Ou seja, o trabalho precário ou, mais precisamente, o mercado de trabalho informal expande-se significativamente em meio à expansão do desemprego contínuo do trabalho formal, que, por sua vez, foi incentivado pela adoção de políticas neoliberais por parte dos governos brasileiro na década de 1990. Limitado ao nosso país, o desemprego atingia sete milhões de pessoas no início da década de 1990, contra dois milhões em 1980. Assim, o trabalho informal parece despontar como um recurso e abrigo dos trabalhadores face à escalada do desemprego (SILVA; BARBOSA, 2008).

É importante destacar que, embora excluídos do mercado de trabalho formal, os trabalhadores informais desempenham um papel importante na cadeia produtiva capitalista, à medida que, quase sempre, trabalham no escoamento de todo tipo de mercadorias produzidas pelo próprio capitalismo. Isto é, estes trabalhadores são excluídos do mercado de trabalho formal, ou pela dificuldade de conseguir um emprego, ou em razão da baixa remuneração oferecida pelo mercado de trabalho formal para os trabalhadores de baixa qualificação, mas, por outro lado, estão incluídos na própria dinâmica do modo de produção capitalista. Assim, ajudam a reproduzir o sistema, ora aparecendo como vendedores de mercadorias, ora funcionando como excedente de força de trabalho, neste último caso com o objetivo de exercer uma pressão constante sobre os trabalhadores do setor formal, a fim de que estes últimos se sintam enfraquecidos e desestimulados a reivindicar melhores condições de trabalho, de salário e de vida (SABADINI; NAKATANI, 2008).

Na década de 1990, o trabalho informal, fenômeno inicialmente mais presente e visível nos grandes centros urbanos, vai se tornando cada vez mais comum nas cidades de médio porte, atingindo, ainda que timidamente, até mesmo as pequenas cidades. É óbvio que a precarização do trabalho não é problema recente, pois o trabalho informal sempre existiu em quaisquer tempos e cidades, especialmente no Brasil, onde a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho são problemas histórico-estruturais. Porém o crescimento, na década de 1990, do número desses trabalhadores foi impressionante e constatável e esteve diretamente ligado a uma causa fundamental: ao aumento assustador do desemprego neste período. Este, por sua vez, esteve relacionado a causas macroeconômicas como o baixo crescimento da economia brasileira na década, à abertura comercial patrocinada pelos sucessivos governos neoliberais dos anos 90 e à terceira revolução industrial que atinge os setores de ponta da

economia brasileira. Assim, em busca pela sobrevivência e defronte à ausência de postos de trabalhos formais, grande parte dos trabalhadores, na década de 1990, dirigiram-se ao setor informal da economia e passaram a viver à margem da sociedade (SABADINI; NAKATANI, 2008).

CAPÍTULO 3. A PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO PROCESSO DE GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990

O setor informal é composto por atividades urbanas que se utilizam de reduzido capital, mão-de-obra pouco qualificada e técnicas obsoletas, que se desenvolvem à margem da legislação e do mercado, proporcionando emprego instável, reduzida produtividade e baixa renda. Este setor também é caracterizado por atuar em mercados extremamente competitivos, com total ausência de regulamentação e dificuldade de acesso a créditos e financiamentos, praticamente inexistindo diferença entre capital e trabalho. Sendo assim, o estudo dos fenômenos que precederam à elevação exacerbada destas atividades informais na década de 1990 faz-se necessário para compreender as transformações ocorridas no nível de ocupação da população brasileira no mesmo período.

3.1 Globalização e desemprego: pré-condição para o crescimento do trabalho informal

A interdependência e o aprofundamento das relações entre as nações assumiram uma proporção tal que, podemos falar em globalização como um fenômeno marcante da década de 90. No entanto, a identificação desse fenômeno é algo que continua a buscar uma conceituação. Em linhas gerais, podemos dizer que a globalização corresponde, ao mesmo tempo, a uma mundialização de mercados e a uma reorganização da produção (ILHA; VIEIRA, 2008).

A globalização não é um fenômeno novo, historicamente, pode-se se falar em processo de globalização do capitalismo mundial, a partir das grandes navegações (século XV e XVI). Pela facilidade de transportes, o capitalismo começou a expandir-se geograficamente por todo o mundo. Até a Segunda Guerra Mundial os processos de produção tinham uma base essencialmente local ou nacional, utilizando eventualmente, a importação de matérias-primas do exterior. A partir de 1945, a humanidade assistiu a um forte processo de integração dos sistemas produtivos mundiais. Caracterizados pelo domínio do capital transnacional, expandiram-se drasticamente os serviços e o mercado. Assim, o processo de globalização é conseqüência do aumento da comunicação entre os homens, que, conseqüentemente, induz à internacionalização do sistema produtivo e dos serviços (SILVA; BARBOSA, 2008).

Porém é a partir da década de 1990 que se aprofunda a “nova ordem internacional”, proclamada sobre os alicerces do mercado livre e do mercado sem fronteiras. Ou seja, o reordenamento das relações internacionais de um mundo em que todos os países tendem a se relacionar com todos os outros de forma cada vez mais direta e mais intensa, torna-se mais visível nos anos 1990 (SIQUEIRA, 2004).

A globalização compreende uma mudança de intensidade na produção e na comercialização de produtos, partindo da utilização de métodos e recursos de produção que extrapolam as fronteiras nacionais. Diante desse processo, a indústria, a produção e a fábrica deixaram de ser fenômenos nacionais, passando a ser fortemente integradas e coordenadas globalmente. Assim, a globalização configurou uma nova política industrial para o Brasil, ancorada em dois pressupostos básicos: competitividade e modernidade (SABADINI; NAKATANI, 2008).

Dentre as mudanças provocadas pelo processo de globalização, destacam-se duas: A primeira, a ocorrência de transformações baseadas em um novo modo de produzir bens e serviços a partir da introdução de tecnologia de base microeletrônica e da profunda reorganização das técnicas organizacionais. A segunda, o crescimento do desemprego urbano e manifestações de deterioração nas condições de vida, bem como exclusão social e econômica, com exigência de uma presença de mão-de-obra qualificada (SILVA; BARBOSA, 2008). De acordo com Pochmann,

a globalização dos sistemas de produção e distribuição, atrelada à mudança tecnológica e a intensificação da competição desencadeou transformações profundas no mundo do trabalho e aumentou o desemprego na década de 1990 (POCHMANN, 1999, p. 16).

A reconfiguração na organização do trabalho, estabelecida pela globalização, resultou em um conjunto de inseguranças para os trabalhadores, como o desemprego, subemprego, exclusão social, flexibilização das relações trabalhistas e degradação das condições de trabalho, ou seja, a globalização aumentou as formas atípicas de trabalho, expandindo a miséria e a informalidade (ILHA; VIEIRA, 2008).

Se a globalização não reduz, pelo menos de forma sistemática e contínua, a ocupação nos países exportadores de capital e importadores de produtos industriais, não há dúvida que ela ocasiona

“desemprego estrutural”. Ela faz com que milhões de trabalhadores, que produziam o que depois passou a ser importado, percam seus empregos e que possivelmente milhões de novos postos de trabalho sejam criados, tanto em atividades de exportação como em outras. O “desemprego estrutural” ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho (SINGER, 1999, p. 23).

É notório o potencial de poupar mão de obra das novas tecnologias, embora não seja possível atribuir os altos índices de desemprego da década de 1990 somente aos processos de inovações tecnológicas. Porém, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a abertura comercial, as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva representaram no ano de 1996, uma perda de 400 mil vagas na indústria brasileira. Assim, a redução do nível de empregos, se revelou a face mais cruel da globalização (SIQUEIRA, 2004).

De acordo com Pastore “pode-se argumentar que parte da incapacidade do Brasil em gerar empregos no setor formal, decorre da abertura comercial desordenada (1990-96), associada à sobrevalorização do real em relação ao dólar, o que estaria facilitando as importações e dificultando a geração de empregos domésticos” (PASTORE, 1997 apud ILHA; VIEIRA, 2008, p. 05).

A década de 1990 introduziu mudanças estruturais no mercado de trabalho e na economia brasileira. O crescimento estagnado nos anos de 1980 foi substituído por um período de ajuste, que apresentou uma redução na escala e uma deterioração na qualidade do emprego. O processo de inserção na economia global provocou o deslocamento do peso econômico da indústria para os setores de comércio e serviços, alterando a estrutura anterior de produção e, conseqüentemente, os requerimentos do trabalho. A indústria brasileira se modernizou em muitos aspectos, como os relacionados ao aperfeiçoamento da qualidade do produto e adoção de novas técnicas de produção. Entretanto, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi insuficiente para absorver a oferta do setor formal moderno. À limitada capacidade do setor produtivo para gerar novos empregos agregou-se à adoção de políticas monetaristas de controle inflacionário baseadas em altas taxas de juros, as quais, por sua vez, enfraqueceu a capacidade de investimento e de crescimento das empresas nacionais (POCHMANN, 1999).

Até 1990 as taxas de desemprego tinham um comportamento parecido com os do ciclo de produção. Quando a economia entrava em processo recessivo, o desemprego

aumentava, da mesma forma que, quando a economia crescia, a taxa de desemprego tendia a diminuir. Assim, desemprego e recessão eram grandezas diretamente proporcionais. Isto ocorria devido ao elevado grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro, que refletiam os choques vividos pela economia. Porém, durante a década de 1990, este cenário mudou: a taxa de desemprego apresenta uma tendência nova de crescimento que não está associada a movimentos cíclicos do produto.

Tabela 01 – Brasil: Taxa de desemprego e PIB, período de 1982 à 1995

Ano	Desemprego aberto/PME(%)	PIB - índice anual(%)
1982	5,9	0,60
1983	7,6	-3,37
1984	7,7	4,99
1985	5,6	8,32
1986	3,6	7,46
1987	4,0	3,67
1988	4,3	-0,09
1989	3,6	3,15
1990	4,8	-4,39
1991	5,9	0,20
1992	6,8	-0,79
1993	6,3	4,12
1994	5,8	5,79
1995	5,5	4,20

Fonte: Dados da PME/IBGE, apud CARLEIAL et al, 1997, p. 366

A tabela 01 mostra o comportamento da taxa de desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador. Verifica-se que, durante a década de 1980, houve uma tendência de queda da taxa de desemprego, excluindo-se os anos de 1983 e 1984 quando as taxas alcançaram 7,6% e 7,7%, respectivamente. Já na década de 1990 observa-se uma inversão da tendência à queda

predominante na década anterior. A taxa de desemprego passou de 4,8% em 1990, para 5,9% em 1991, alcançando o ápice em 1992, quando o índice ficou com 6,8%. A partir de 1993, a taxa de desemprego apresentou uma redução pouco expressiva, ficando em 6,3% nesse mesmo ano, 5,8% em 1994 e 5,5% no ano de 1995 (CARLEIAL et al, 1997).

Entre 1990 e 1992, o país viveu uma forte recessão, com redução do nível de atividade e aumento da taxa de desemprego. A partir de 1993 e, mais intensamente, da estabilização em junho de 1994, esse processo foi revertido, com crescimento da economia até 1997. Após este ano, o aumento do nível de emprego nos setores de comércio e serviços, que, no início do processo de estabilização, compensou a queda do emprego industrial e evitou o aumento da taxa de desemprego, começou a decrescer. No início de 1998, o advento da crise asiática impossibilitou a manutenção do crescimento do produto devido à restrição externa. Resultado: forte aumento da taxa de desemprego iniciado no ano de 1997, como pode ser observado na tabela 02 (NERI; CAMARGO; REIS, 2000).

Tabela 02 - Brasil: Taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas

Ano	Taxa (%)
1994	5,8
1995	5,5
1996	5,4
1997	5,7
1998	7,6
1999	7,5
2000	7,1

Fonte: Dados da PME/IBGE apud RAMOS, 2008, p. 56

Com o câmbio sobrevalorizado e o escasseamento do fluxo de capitais externos decorrente da forte crise financeira internacional, a taxa de desemprego aberto atingiu, ao final de 1998, seu mais elevado patamar na história econômica do país. Em janeiro de 1999, com a desvalorização cambial, restaurou-se um clima mais otimista e a economia voltou a

crescer, notoriamente no ano de 2000, revertendo à tendência de queda do desemprego.

Em suma, a evolução da taxa de desemprego aberto e a estagnação do nível de emprego, na década de 1990, estão diretamente associadas à redução do emprego industrial. A redução do emprego industrial, por outro lado, é o resultado do processo de abertura comercial e aumento da concorrência desencadeado por esta mudança estrutural. A maior abertura econômica tornou-se fundamental, para a própria sobrevivência do setor industrial brasileiro, porém a introdução de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra e aumento da importação, fatalmente elevou o índice de desemprego na década. Este por sua vez, incentivou a procura pelo setor informal, como forma de gerar ou complementar a renda dos trabalhadores:

Diante desse fato, o Setor Informal novamente é pensado como uma alternativa de emprego de forma a diminuir os efeitos do desemprego, produto do processo de reestruturação produtiva e das condições políticas e econômicas brasileiras na década de 1990 (CARLEIAL et al, 1997).

3.2 Trabalho informal: análise comparativa do período compreendido entre a década de 1980 e 1990

No período inserido entre as décadas de 1940 e 1980, o mercado de trabalho no Brasil foi caracterizado pela ampliação dos empregados assalariados, sobretudo dos assalariados com carteira assinada, e pela significativa redução dos trabalhadores por conta própria e do desemprego. Naquele período, para cada dez postos de trabalhos abertos, oito eram assalariados, sendo sete com registro e um sem registro, e dois não assalariados. A participação do emprego assalariado na População Economicamente Ativa (PEA), conjunto de indivíduos que exercem algum tipo de atividade econômica, aumentou de 42%, em 1940, para 62,8%, em 1980 (KRAYCHETE, 2000).

Essa tendência de estruturação do mercado de trabalho, com a predominância do emprego assalariado, especialmente dos empregos assalariados com registro formal, foi suspensa a partir de 1980. Com exceção de um curto período de crescimento econômico (1984/86), a década de 1980 foi marcada pela recessão (1981/1983 e 1987/89) e por elevados índices de inflação (KRAYCHETE, 2000).

A expansão do emprego assalariado na década de 1980 foi interrompida pelos contínuos ajustes macroeconômicos, com o intuito de controlar a inflação e as contas

externas, que, por sua vez, repercutiram negativamente sobre o mercado de trabalho. Assim, nesta década, houve a diminuição do ritmo de crescimento dos empregos assalariados, aumentando o número de trabalhadores sem contrato de trabalho e dos trabalhadores por conta própria. De cada cem empregos assalariados gerados neste período, cerca de noventa e nove foram sem registro e apenas um com registro (NERI; CAMARGO; REIS, 2000).

A Tabela 03 permite a análise da evolução do Setor Informal na década de 1980 até meados de 1990. Durante a década de 1980 pode ser observado uma relativa estabilidade do setor informal, no qual participam 32% da população ocupada, ocorrendo pequenas variações. O maior aumento registrou-se quando o setor informal passou de 32,2% em 1982, para 33,9% em 1983 e 35,58% em 1984. Outra elevação ocorreu, ainda que de forma mais tênue, quando a taxa passou de 32,07% em 1986, para 32,10% e 32,79% nos dois anos seguintes. Em 1989 a taxa cai para 31,92%.

Tabela 03 – Evolução do Setor Informal (%)

Ano	Setor Informal
1982	32,21
1983	33,85
1984	35,58
1985	34,05
1986	32,07
1987	32,10
1988	32,79
1989	31,92
1990	33,16
1991	36,32
1992	38,41
1993	39,93
1994	40,81
1995	41,94

Fonte: Dados da PME/IBGE apud CARLEIAL et al, 1997, p. 372.

A partir de 1990 houve alterações no cenário de estabilidade do setor informal, que passou a ter uma participação crescente na economia, chegando a atingir o patamar de 41,94% da população ocupada em 1995. De acordo com a Tabela 03, o maior aumento foi registrado em 1991 (36,32%), que representou uma elevação de 9,52% em relação ao ano de 1990 (33,16%). No ano de 1992 atingiu 38,41%, em 1993 passou para 39,93%, em 1994 para 40,8%, e, em 1995, finalizou com 41,9%.

Desta forma, o aumento do trabalho informal, influenciado, especialmente, pela redução dos empregos assalariados com registro torna-se mais explícito na década de 1990. No ano de 1989, o total de assalariados representava 64% da PEA. Já em 1995, este percentual diminuiu para 58%. Entre 1994 e 1999, embora a economia tenha apresentado evolução positiva do Produto Interno Bruto (PIB), houve redução de 1,5 milhões do volume de emprego assalariado com carteira em todo país (POCHMANN, 1999).

Tabela 04 – Participação média dos empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria na ocupação total das regiões metropolitanas.

ANO	1991	1995	1999
Empr. Sem carteira	20,81	24,08	26,39
Por conta própria	20,1	21,95	23,53
TOTAL	40,91	46,03	49,92

Fonte: Dados da PME/IBGE apud RAMOS, 2008, p. 53.

Pela análise da Tabela 04, verifica-se que, ao longo da década de 1990, o trabalho informal cresceu 22%, abrangendo a metade dos ocupados das seis regiões metropolitanas. O número de empregados sem carteira assinada cresceu 27% enquanto os trabalhadores por conta própria aumentaram 17%. A diferença entre a evolução das duas categorias, considerando que, no mesmo período, o desemprego aumentou 56%, provavelmente se deve ao fato de que, além da eliminação de postos de trabalho, houve também uma destruição dos empregos formais, e o trabalho por conta própria não foi capaz de oferecer uma alternativa para os conjuntos de desempregados. Além disso, cabe salientar, que, em todos os anos da década, a rentabilidade dos empregados com carteira de trabalho assinada foi mais elevada que a das duas outras categorias, desmentindo que a desregulamentação do mercado de trabalho seja uma boa opção para o desenvolvimento econômico e para os trabalhadores (RAMOS, 2008).

Além da PME/IBGE, existem no Brasil vários indicadores que possibilitam analisar minimamente a dimensão e características do trabalho informal, no entanto geralmente seus resultados variam devido à aplicação de metodologias diferentes:

Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina (PREALC), o percentual de trabalhadores informais no Brasil em 1980 era de 24% da PEA, contra 28,8% em 1990. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1981, o número absoluto de trabalhadores formais atingiu o montante de 22,2 milhões de trabalhadores, equivalente a

49% da PEA daquele ano, aproximando-se do número absoluto de 1998 (22,3 milhões, projeção sobre a RAIS de 1996), porém, nesse caso, equivalente a apenas 29% da PEA (JAKOBSEN et al, 1996, p.16).

Assim, a substituição do trabalho formal pelo informal no Brasil na década de 1990 foi confirmada por diversas estatísticas. Além destas supracitadas, os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), por exemplo, reafirmaram esta tendência ao mostrar que a variação do emprego em 1997 e 1999 provocou a destruição de 813.485 postos de trabalhos formais, sem falar no crescimento do desemprego aberto que, em 1998, atingia cerca de sete milhões de pessoas contra menos de dois milhões no início da década (KRAYCHETE, 2000).

A elevação do setor informal também ocorre porque, além das pessoas que sempre viveram de trabalhos informais, especialmente através das ocupações por conta própria, adiciona-se um novo contingente, composto pelos trabalhadores excluídos do emprego regular e pelas pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano (KRAYCHETE, 2000).

3.3. Composição do nível de ocupação da população brasileira na década de 1990

A análise da composição do nível de ocupação da população brasileira permite mensurar a participação do setor informal no processo de geração de ocupações na década de 1990. Porém, todas as transformações nas formas de ocupação da PEA, que expressam uma desestruturação do mercado de trabalho, tiveram início ainda nos anos 1980, com o rompimento do projeto de industrialização nacional e a adoção de um conjunto de políticas macroeconômicas (POCHMANN, 1999).

No período compreendido entre 1980 e 1991, o emprego assalariado, que apresentou uma taxa média de crescimento anual semelhante à variação da PEA (2,8%), sofreu uma alteração significativa na sua composição, aumentando consideravelmente o número de assalariados sem registro em carteira (KRAYCHETE, 2000).

A Tabela 05 ratifica este quadro, revelando que a quantidade de empregos assalariados sofreu expressiva alteração na composição dos registrados e dos sem registro em carteira, entre 1980 e 1991. De cada cem empregos assalariados criados neste período, cerca de noventa e nove foram sem registro e apenas um tinha registro. O saldo total dos empregos assalariados representou 68% do universo de ocupações criadas no mesmo período, significando que, de cada dez ocupações, sete eram provenientes do segmento assalariado,

sendo este composto pelas categorias Com Registro e Sem Registro (KRAYCHETE, 2000).

Tabela 05 – Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego, 1980/90 (em %).

ITENS	1980	1991	VARIAÇÃO ABSOLUTA ANUAL**	VARIAÇÃO RELATIVA ANUAL
População total	119.002,3	146.825,7	2.529,4	1,93%
PEA	43.235,7	58.456,2	1383,7	2,78%
Empregador	3,1	3,9	85,4	4,95%
Conta Própria	22,1	23,9	401,4	3,51%
Sem remuneração	9,2	5,4	-74,5	-1,72%
Assalariado	62,8	62,6	858,3	2,75%
Com registro	49,2	36,6	11,2	0,05%
Sem registro	13,6	26,0	847,1	9,01%
Desempregado	2,8	4,2	113,1	6,64%
Taxa de subutilização*	34,1	34,2	477,1	2,81%

Fonte: IBGE, op. Cit, apud POCHMANN, 1999, p.72

* Conta própria, sem remuneração e desempregado.

**Em mil

Das ocupações não-assalariadas, entre os anos 1980 e 1991, a de empregador e de conta própria foram as que mais cresceram, 4,9% e 3,5% respectivamente. Nesse mesmo período, enquanto o desemprego cresceu à taxa média anual de 6,6%, as ocupações sem remuneração foram reduzidas em -1,7% a.a. Ainda em relação ao comportamento do mercado de trabalho no período 1980/1991 é interessante destacar que a taxa de subutilização da força de trabalho se manteve estável.

Dadas essas informações, é possível concluir que, durante a década de 1980, qualquer modificação no contingente dos Trabalhadores Com Carteira Assinada foi compensada pelo aumento dos Trabalhadores Sem Carteira Assinada (Tabela 06). O comportamento do segmento Trabalhadores Por Conta Própria permaneceu relativamente estável: em 1983/1984 passa de 13,61% a 14,20%, cai para 13,34% em 1986 e se estabiliza na faixa de 14% a partir de 1987, com pequenas variações. Desta forma, o ajuste durante a década de 1980 foi feito por meio dos Trabalhadores Sem Carteira Assinada, ou seja, o que de fato ocorreu foi um aumento nas relações assalariadas subterrâneas.

Tabela 06 – População ocupada, segundo a posição na ocupação (%)

Ano	Trabalhadores com carteira	Trabalhadores sem carteira	Trabalhadores conta própria
1982	61,77	19,02	13,19
1983	59,98	20,24	13,61
1984	58,00	21,38	14,20
1985	59,95	20,07	13,98
1986	62,17	18,73	13,34
1987	62,10	17,96	14,14
1988	61,39	18,25	14,54
1989	62,21	17,05	14,87
1990	60,85	17,55	15,61
1991	57,73	19,00	17,32
1992	55,68	20,37	18,04
1993	54,95	22,09	17,84
1994	53,54	22,00	18,81
1995	51,89	22,92	19,02

Fonte: Dados da PME/IBGE. apud CARLEIAL et al, 1997, p.370

Obs: a soma de todos os segmentos não é igual a 100%, devido à categoria Outros, que não foi incluída na tabela

Pelo exame da Tabela 06, a década de 1990 adentra com a tendência de diminuição da participação dos Trabalhadores com Carteira Assinada, que se alterou de 60,85% em 1990 para 57,73% em 1991, 55,68% em 1992, 54,95% em 1993, 53,54% em 1994 e 51,89% em 1995. Essa queda, sem precedentes, dos Trabalhadores com Carteira Assinada indica a precarização nas relações de trabalho, promulgando que os trabalhadores se encontram mais debilitados perante o capital, ao serem suprimidos dos direitos e garantias que a carteira assinada lhes concede.

Paralelamente ao decréscimo da participação dos Trabalhadores com Carteira Assinada, o segmento dos trabalhadores Sem Carteira Assinada amplia sua participação na população ocupada, passando de 19,00% em 1990 para 20,37% em 1991 e 22,09% em 1992. Mantém-se estável em 1993 e 1994, em torno de 22%, seguindo-se nova alta em 1995 para aproximadamente 23%. Este fato indica que houve algumas mudanças no comportamento do setor informal, pois o aumento dos trabalhadores Sem Carteira Assinada é relativamente menor que a queda na participação dos Trabalhadores Com Carteira Assinada, sendo então compensado pela elevação do segmento Trabalhadores Por Conta Própria.

Nos anos 1990, o comportamento dos Trabalhadores Por Conta Própria é oposto do apresentado nos anos 1980. Este segmento passa a ocupar uma proporção cada vez mais elevada da população ocupada, aumentando de 15,61% em 1990 para 17,32% em 1991 e 18,04% em 1992. Em 1993 esse percentual cai para 17,84, mas volta a crescer em 1994 (18,81%) e em 1995 (19,02%).

Essa tendência de crescimento do segmento Por Conta Própria na década de 1990 foi provocada, principalmente, pela queda exacerbada no nível de emprego industrial, que ocorreu especialmente nas empresas de grande porte. O próprio processo de recessão e, sobretudo, o processo de terceirização, que é uma alternativa cada vez mais usada pelas empresas, significou a substituição de trabalhadores com carteira assinada por trabalhadores por conta própria. O aumento no segmento Por Conta Própria indica uma expansão do Setor Informal, pois este segmento é apontado como o núcleo típico desse setor (CARLEIAL et al, 1997).

Assim, é notório que ocorreu uma mudança no comportamento do Setor Informal, se compararmos as décadas de 1980 e 1990. Nesta, os componentes do Setor Informal elevam-se para níveis não observados na década de 1980, e esta elevação ocorreu atrelado tanto aos trabalhadores Sem Carteira Assinada como, principalmente, ao aumento dos trabalhadores Por Conta Própria, diferindo-se da década anterior, quando o aumento foi liderado pelos trabalhadores Sem Carteira Assinada (KRAYCHETE, 2000).

Tabela 07 – Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego, 1989/95 (em %).

ITENS	1989	1995**	VARIAÇÃO ABSOLUTA ANUAL***	VARIAÇÃO RELATIVA ANUAL
População total	144.293,1	152.374,6	734,7	0,91
PEA	62.513,2	70.750,5	1.372,9	2,08
Empregador	4,2	3,9	22,3	0,83
Conta Própria	21,2	22,4	432,6	3,02
Sem remuneração	7,6	9,0	269,4	5,00
Assalariado	64,0	58,2	194,7	0,48
Com registro	38,3	30,9	-350,0	-1,41
Sem registro	25,7	27,3	541,5	3,12
Desempregado	3,0	6,4	442,1	15,8
Taxa de subutilização*	31,8	37,8	1.144,1	5,07

Fonte: IBGE, op. Cit apud POCHMANN, 1999, p. 74.* Conta própria, sem remuneração e desempregado. **Exclui o conjunto de pessoas não remuneradas com menos de 15 horas semanais de trabalho e os ocupados pelo autoconsumo***Em mil

Ou seja, os sinais de desestruturação do mercado de trabalho mostram-se mais evidentes nos anos 1990. Em cada dez ocupações geradas entre 1989 e 1995, duas eram assalariadas e oito não assalariadas. Destas, quase cinco por conta própria e três ocupações sem remuneração. De acordo a Tabela 07, enquanto as ocupações sem remuneração apresentaram uma taxa de variação média anual de 5%, os trabalhadores por conta própria registraram 3%, os empregadores 0,8% e os assalariados 0,48%.

Em virtude disso, registra-se nos anos 1990, um movimento de desassalariamento, provocado primordialmente pela extinção dos empregos com registro. Em 1989, o total de assalariados representava 64% do PEA e em 1995 havia passado 58,2%, refletindo uma taxa negativa de variação média anual do emprego assalariado com registro (-1,4%) (POCHMANN, 1999).

Por sua vez, os empregos assalariados sem registro apresentaram taxa de crescimento média anual de 3,12%. Em função disso ocorreu uma geração média anual de 541,5 mil empregos assalariados sem registro no mesmo período analisado e uma perda total avaliada em 350 mil empregos assalariados com registro. Além deste movimento de desassalariamento, também se pode observar, na década de 1990, o crescimento da subutilização da força de trabalho, que se manteve estável na década anterior. Em 1989, ela representava quase 32% do PEA e em 1995 passou para um patamar próximo de 38%. O crescimento do desemprego foi, sem dúvida, uma das principais razões do crescimento da subutilização da força de trabalho. Entre 1989 e 1995, a quantidade de desempregados aumentou cerca de 16% em média a cada ano, significando um acréscimo de 442 mil pessoas por ano (CARLEIAL et al, 1997).

A Tabela 08, demonstra que as categorias de trabalhadores informais crescem na década de 1990, ao mesmo tempo em que se comprime o mercado de trabalho formal. Em dezembro de 1989 os Assalariados Sem Carteira somados com os Trabalhadores por Conta Própria completavam 36,1% do total de ocupados, em agosto de 2000 esse percentual já havia subido para 51,2%. Paralelamente, houve uma redução significativa do número de assalariados com carteira assinada que passou de 59,5% para 44,2% do total de ocupados no mesmo período.

Tabela 08 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação

Total das regiões metropolitanas	Dezembro de 1989	Agosto de 2000
Assalariados com carteira	59,5 %	44,2%
Assalariados sem carteira	18,4%	28,1%
Conta própria	17,7%	23,1%
Empregadores	4,4%	4,7%

Fonte: Dados da PME/IBGE apud RAMOS, 2008, p.53

Em suma, os dados da pesquisa revelam que na década de 1990 houve uma contínua substituição do trabalho formal pelo informal. Sendo assim, o setor informal foi o maior responsável pela geração de ocupações deste período, já que a soma dos segmentos que o compõe – Assalariados sem Carteira e Trabalhadores por Conta Própria- ultrapassaram 50% do total da população ocupada. Dados do Ministério do Trabalho indicam que, em julho de 1997, apenas 46,3% da PEA tinham emprego com registro em carteira, enquanto 25,1% trabalhavam sem registro e 22,9% por conta própria. Ou seja, na década de 1990, 40% a 50% dos trabalhadores brasileiros encontravam-se em algum tipo de informalidade, a grande maioria dos quais à margem de qualquer proteção social-trabalhista (SABADINI; NAKATANI, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da leitura do texto depreende-se que o trabalho informal data aos primórdios da Revolução Industrial, mas a noção de formalidade/informalidade foi sendo paulatinamente construída a partir da década de 1930, atingindo a maturidade em 1970, a partir da contribuição dada pela OIT sobre o conceito moderno de setor informal.

O núcleo básico do setor informal é constituído pelos trabalhadores por conta própria e pelos empregados sem carteira assinada. Este tipo de atividade está relacionado a estabelecimentos de natureza não fundamentalmente capitalista, que utilizam pouco capital, técnicas rudimentares, mão-de-obra pouco qualificada e proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda.

O processo de crescente formalização das relações de trabalho, que obteve aparato legal na década de 1940 com a CLT, foi retrocedendo a partir da década de 1980, quando, devido ao baixo desempenho econômico do período provocado por tentativas frustradas de controle inflacionário, ocorreu uma elevação do desemprego e do setor informal. Porém, nesse período não houve um rompimento com as estruturas industrial e produtiva do país, de forma que o desemprego e a informalidade ainda foram relativamente baixos e estavam atrelados às variações do ciclo econômico na década, bem como ao processo inflacionário

Assim, foi na década de 1990 que o trabalho informal cresceu descomedidamente, despontando como um recurso e abrigo dos trabalhadores face à escalada do desemprego. A taxa de desemprego alcançou, neste período, índices inéditos na história do país, tornando-se um dos maiores problemas vivenciados pela população trabalhadora brasileira. De 1989 a 1999, tais índices dobraram, passando de 3,6% para 7,5% respectivamente. Ou seja, a elevação do desemprego foi à precondição para o alastramento da precarização das relações de trabalho na década de 1990.

Partindo de uma economia fechada ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, com grande presença do Estado como produtor de bens e serviços e uma crescente tendência inflacionária, o Brasil caminhou na década de 1990, para uma economia aberta, com redução da proteção comercial, liberalização dos fluxos de capitais e redução da presença do Estado como produtor de bens e serviços, através do processo de privatização. Verificou-se então, que o aprofundamento das políticas neoliberais, desencadeou a redução do crescimento

econômico, o aumento do desemprego e, conseqüentemente, a propagação do setor informal nos anos 1990.

Conclui-se, então, que a década de 1990 representou um ponto de inflexão na história da economia brasileira, notadamente no que se refere ao mercado de trabalho. O processo de flexibilização do Direito do Trabalho e o aprofundamento da política neoliberal não favoreceu os trabalhadores, retirando-lhes direitos antes outorgados pela legislação, provocando o aumento do desemprego e a expansão do setor informal. Com isto, a precarização das relações de trabalho surgiu como resultado do processo de desassalariamento, do crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria. Estes fatos, atrelados ao aumento do tempo médio em que o trabalhador permanece desempregado, empurram parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações, criando novos problemas a um mercado de trabalho historicamente desigual e excludente.

Assim, diante do desemprego de postos de trabalhos formais, grande parte dos trabalhadores dirigiram-se ao setor informal da economia e passaram a viver à margem da lei e da sociedade na década de 1990. Em agosto de 2000, segundo o IBGE, a soma dos assalariados sem carteira assinada (28,1%) com os trabalhadores por conta própria (23,1%), ultrapassava o total dos assalariados com carteira assinada (43,2%). Além disso, houve uma grande ampliação das ocupações por conta própria. Na década de 1990, para cada dez ocupações geradas, somente duas foram assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três ocupações sem remuneração. Nas regiões metropolitanas, no período abrangido entre 1986 e 1998, o emprego assalariado com carteira teve uma redução de 4%, enquanto o número de trabalhadores por conta própria cresceu em 61%, comprovando que houve um contínuo processo de substituição do trabalho formal pelo informal, sendo este responsável por, aproximadamente, metade das ocupações geradas no período estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, Edward J.; ESTEVÃO, Marcello. **A teoria econômica do desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CARLEIAL, Liana, et al. (Orgs.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de trabalho conceitos, definições e funcionamento**. In: Manual de economia da USP, 1998.
- DATHEIN, Ricardo. **Macroeconomia keynesiana: uma interpretação nos 70 anos da “Teoria Geral”**. 2008. Disponível em: www.pucrs.br/face/ppge/anpeccul/area1-1-4.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2008.
- ILHA, Adayr da Silva; VIEIRA, Rosele Marques. **Mercado de trabalho e o desafio da globalização**. 2008. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART06_2.pdf. Acesso em: 15 de outubro de 2008.
- JAKOBSEN, Kjeld, et al. (Orgs.). **Mapa do Trabalho Informal**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- KEYNES, John M. **Teoria geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1983.
- KRAYCHETE, Gabriel, et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- LEITE, José Alfredo A. **Macroeconomia: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica**. São Paulo: Atlas, 1994.
- LESSA, S. **Introdução à filosofia de Marx**. Maceió, 2002.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e reprodução**. Serviço Social movimento social. São Luiz: Edufitia, 2000.
- LIMA, Beatriz Melo Flores. **Criptoeconomia ou economia subterrânea**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MISSIO, Fabrício J; OREIRO, José Luiz. **Equilíbrio com pleno emprego e equilíbrio com desemprego em um contexto com preços e salários flexíveis: O debate entre Keynes e os (neo) classicos**. 2006. Disponível em: dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/11305/1/Dissertação%20Final%205.pdf. Acesso em: 22 de outubro de 2008.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Mercado de Trabalho nos anos 90: Fatos Estilizados e Interpretações**. 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0743.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2008.

NORONHA, Eduardo G. **"Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2009.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob o fogo cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

PRADO, Eleutério F.S. **Emprego, desemprego e discriminação definida**. 2005. Disponível em: [http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/emprego e desemprego L.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/emprego_e_desemprego_L.pdf). Acesso em: 14 de novembro de 2008.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_0191.pdf. Acesso em: 23 de março de 2009.

SABADINI, Maurício de Souza; NAKATANI, Paulo. **Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF>. Acesso em: 24 de novembro de 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SIQUEIRA, Euler David. **Memórias póstumas de uma categoria em transformação: a formalização do trabalho informal**. 2004. Disponível em: http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43685/2/revista_v6_n2_jul-dez_2004_6.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2008.

SOARES, Marcos Antonio Tavares. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

SILVA, Jailson; BARBOSA, Jorge Luiz. **O sentido do trabalho Informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro**. 2008. Disponível em: http://www.iets.org.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF. Acesso em: 19 de novembro de 2008.

THEODORO, Mário. **As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil**. 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_762.pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

ZYLBERSTAJN, Hélio; BALBINOTTO NETO, Giáconno. **As teorias do desemprego e as políticas públicas de emprego**. 1999. Disponível em: www.usp.br/feaecon/incs/download.php?i=174&file=../media/livros/file_174.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2009.

VIGO, Álvaro. **O trabalho informal no Brasil. 2001.** Disponível em:
http://www.galizacig.com/actualidade/200112/cut_o_trabalho_informal_no_brasil.htm.
Acesso em: 05 de janeiro de 2009.